

Acordo reduz espaço para especulações

Léa De Luca e Lucia Rebouças
de São Paulo

O anúncio do pré-acordo assinado ontem entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI) apenas ratificou as expectativas do mercado. Mesmo assim, foi importante porque deu uma sinalização oficial, objetiva e clara do caminho que o governo pretende seguir. E, também, unificou o discurso mostrando que as metas impostas pelo Fundo estão de acordo com que o próprio governo já sabe que precisa fazer.

"As metas são factíveis, resta agora o governo explicar como vai fazer para conseguir a economia que prometeu", disse Carlos Guzzo, economista do Banco Pontual. Para ele, além de esclarecer os pontos do acordo para obtenção do empréstimo, a fixação de uma data para anúncio das medidas de ajuste fiscal — dia 20 deste mês — também tranquilizou o mercado. "Assim ninguém mais vai ficar perdendo tempo especulando", falou.

Rafael Cardoso, diretor do Banco Sudameris e vice-presidente da Associação Brasileira das Empresas de Leasing (Abel) concorda com Guzzo. "O anúncio deu um certo conforto ao mercado", disse. Mas ele acha necessário esperar pelas medidas fiscais para fazer uma avaliação melhor. "A princípio, as metas parecem factíveis e razoáveis", falou. "Um aperto maior poderia significar uma recessão muito grande". Ele falou também que uma desvalorização do real agora seria catastrófica. Por isso, a estabilidade do câmbio acertada entre o governo e o FMI foi, para ele, um ponto positivo. "Depois que a poeira baixar, as correções podem até ser acentuadas para estimular um pouco mais as exportações", disse.

Na avaliação de Paulo Bilezikian, diretor do banco ING, o compromisso entre o governo e o FMI acalma os mercados apenas no curto prazo. Assim como Cardoso, ele acredita que só haverá um posicionamento efetivo quando o mercado souber quais serão as medidas fiscais e qual será o tamanho da ajuda do FMI — tratados genericamente no compromisso assinado ontem.

O prazo a que se refere o diretor do ING expira dia 20 próximo. Do que se falou até agora, sua avaliação é de que o aumento da Contribuição Provisória de Movimentação Financeira (CPMF) é uma alternativa para arrecadar dinheiro rápido, mas o mercado ficaria mais aliviado se houvesse uma verdadeira reforma tributária com a criação de outros impostos. Guzzo, porém, disse que num ambiente recessivo, o aumento ou a criação de outros tributos surtiria pouco efeito — além de ser medidas mais impopulares do que a alta da CPMF. "O imposto atinge a economia informal e significa dinheiro em caixa na hora", falou. ■